

PODER

Weintraub e Araújo criticam o presidente

Ex-ministros acusam Bolsonaro de ter abandonado pautas ideológicas ao se unir ao Centrão

» RAPHAEL FELICE

Os ex-ministros Abraham Weintraub (Educação) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) dispararam críticas à aliança do presidente Jair Bolsonaro com o Centrão. Durante live na noite de segunda-feira, os dois acusaram o chefe do Executivo de ter abandonado a pauta ideológica que o elegeu ao se juntar ao grupo de sustentação política do governo.

Araújo ironizou o PP — partido do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão — chamando a sigla de “Partido de Pequim”. Para o ex-integrante do governo, ao se aliar ao grupo político, o Executivo federal estaria se submetendo à China.

O ex-chanceler, que deixou o cargo em março do ano passado, disse ter perdido poder quando Bolsonaro começou a se aproximar do Centrão. O bloco, de acordo com ele, passou a pautar a governação conforme interesses da China, impedindo que o então chanceler levasse adiante seu projeto “transformador” de política externa. “Quando o Centrão começa a dominar o governo, fui cada vez mais isolado”, reclamou.

Segundo ele, tanto Nogueira quanto a ministra Flávia Arruda, da Secretaria de Governo, estão convergindo para transformar o Brasil numa “colônia chinesa”. “O Centrão acha que política externa é fazer tudo o que a China quer”, criticou.

Em sua gestão, Araújo foi frequentemente criticado por ofender e criar atritos com os chineses, um dos principais parceiros comerciais do Brasil. O ex-chanceler mencionou a cultura da China, que, na avaliação dele, o Centrão tenta perpetuar no Brasil. Para ele, Pequim representa o oposto dos valores defendidos por Bolsonaro, como a religião.

Weintraub, por sua vez,

Reprodução/YouTube/Podcast Inteligência Ltda



Weintraub durante live: ele disse que presidente substituiu conservadores por integrantes do Centrão



O Centrão acha que política externa é fazer tudo o que a China quer”

Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores

acusou Bolsonaro de ter “substituído” a ala conservadora do Executivo federal por integrantes do Centrão. Para ele, o bloco político representa um “obstáculo” à pauta ideológica do bolsonarismo. Os conservadores, segundo sustentou, passaram a sofrer ataques desde que foram

substituídos “pela turma do Centrão”. O ex-ministro articula com o PTB uma candidatura ao governo de São Paulo, estado onde Bolsonaro quer emplacar o nome do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas.

Também participante da live, o pastor Silas Malafaia saiu em defesa de Bolsonaro. O líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo justificou que o presidente da República não teria governabilidade se não cedesse ao Centrão. Conforme o religioso, o chefe do Executivo sofreria impeachment se não fizesse alianças com o bloco e chegou a citar trechos bíblicos para justificar as ações dele.

Defesa

Outros aliados do governo defenderam Bolsonaro. Ao **Correio**, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR),

disse que as insinuações feitas pelos antigos aliados não mereciam resposta. Ele afirmou que a relação do governo com a base está “ótima”. O deputado federal também se manifestou via redes sociais. Ele publicou uma foto ao lado do chefe do Executivo e escreveu: “Animados com as perspectivas do ano eleitoral e das realizações do governo. Estou 100% confiante na reeleição do presidente”, disse Barros.

Sem citar nomes, o deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO) usou o Twitter para criticar os ex-ministros. “Infelizmente, a preocupação com a própria biografia, a vaidade desmedida de uns e os objetivos pessoais de poder superam as preocupações com o país. Temos muito a avançar ainda. A reeleição de Jair Bolsonaro é essencial para a consolidação da direita no Brasil. Vamos vencer juntos”, postou. **(Com Agência Estado)**

Teste de fidelidade no Orçamento

» RAPHAEL FELICE
» CRISTIANE NOBERTO

Com a última palavra sobre a destinação dos recursos do Orçamento, poder concedido a ele pelo presidente **Jair Bolsonaro**, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, assumiu o desafio de cortar R\$ 9 bilhões para fechar as contas da peça orçamentária, que tem de ser sancionada pelo chefe do Executivo até a próxima sexta-feira.

Segundo informações de bastidores, Ciro Nogueira pediu a assessores a lista de parlamentares que votaram a favor de pautas do governo no Congresso. Os que se posicionaram contra as demandas do Executivo terão acesso menor às verbas.

O que Nogueira não admite é cortar recursos do Fundo Eleitoral. O ministro quer é turbinar o fundo de R\$ 4,9 bilhões, previstos na peça orçamentária, para R\$ 5,7 bilhões.

Ao **Correio**, o vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Izalci Lucas (PSDB-DF) relatou que o desejo do Centrão de repor o fundo eleitoral não é tão simples e não deve passar pela Casa ou mesmo pelo colegiado. “Isso não avança no Senado. Foram aprovados R\$ 4,9 bilhões. O Orçamento foi aprovado por acordo. Se não tivesse votado por acordo, não teria sido votado. Hoje, para fazer alteração nisso, tem de apresentar um PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) para mexer no Orçamento e tirar de algum lugar”, afirmou. “O Centrão quer isso, mas

Isaac Nóbrega/PR



O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, detém o poder de avalizar destinação de verbas

Aval da Casa Civil

O presidente Jair Bolsonaro editou decreto, na semana passada, em que determina que atos relacionados à gestão do Orçamento precisarão de aval prévio da Casa Civil. A iniciativa é mais um movimento para empoderar o Centrão às vésperas da campanha eleitoral em que o chefe do Executivo pretende se reeleger. Com a decisão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ficou ainda mais enfraquecido.

eu vejo dificuldade na aprovação. A não ser que eles façam um remanejamento das emendas do relator, mesmo assim, dependência de lei”, acrescentou.

Parlamentares do Centrão ouvidos pelo **Correio** em condição de anonimato afirmam que o remanejamento é uma manobra do governo para ter apoio dentro do Legislativo. “Tem um pouquinho da questão do tomalá, dá cá, sim. É arranjo político para ter força no Congresso. Mas eu não vejo isso como coisa ilegal, pois é tudo fiscalizado e publicado”, disse um deles.

O economista Gil Castello Branco, da Associação Contas

Abertas, frisou que o desejo do Centrão de realocar parte do Orçamento em áreas de seu interesse pode ser “um tiro no joelho”. Ele lembrou que a verba destinada ao fundo eleitoral, de R\$ 4,9 bilhões, supera todo o orçamento de pastas importantes, como a do Meio Ambiente (R\$ 3,2 bilhões) e a da Saúde (R\$ 4,7 bilhões).

“É preciso ficar claro e transparente onde o Centrão vai cortar e alocar R\$ 9 bilhões. Vão cortar dos R\$ 16,5 bilhões das malfadadas emendas do relator? Não creio. Mas, a caruagem do Centrão pode virar abóbora antes de outubro”, sustentou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Contagem regressiva para as federações acirra tensões

A nova legislação eleitoral, que estabeleceu o prazo até 2 de abril para que os partidos formem federações, acirra as contradições internas e tensiona as alianças partidárias, principalmente no campo da oposição, que tem muitos candidatos. Mesmo com o favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, a federação do PT com os partidos de esquerda esbarra nos conflitos existentes com o PSB a recuar de algumas pretensões regionais e aceitar suas imposições.

Desde o início, a dança de acasalamento entre Lula e o ex-governador Geraldo Alckmin alimenta as tensões entre o PT e o PSB. O ex-tucano continua cotadíssimo para ser o vice da chapa, porém isso pode vir a ocorrer por outra legenda, porque tanto o PSD, de Gilberto Kassab, quanto o Solidariedade, de Paulinho da Força, namoram Alckmin. Quando o PSB passou a exigir o apoio à candidatura do ex-governador Márcio França ao Palácio Bandeirantes para fechar a aliança, setores do PT passaram a atacar o acordo e exigir o apoio dos socialistas à candidatura do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Em troca do apoio a Lula e da indicação Alckmin para a vice, o PSB também exige apoio dos petistas em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Acre e Pernambuco.

Depois de São Paulo, a maior confusão está em Pernambuco, principal reduto eleitoral do PSB, que controla a administração do estado desde 2007. O ex-prefeito do Recife Geraldo Júlio (PSB), que seria o sucessor natural do governador Paulo Câmara, não quer ser candidato. Muitos acreditam que a recusa seja uma forma de confundir os adversários, evitando o chamado “sereno”, ou seja, ficar exposto muito tempo antes das eleições. Os deputados federais Danilo Cabral e Tadeu Alencar, ambos do PSB, já se assanham para disputar a vaga, sendo o segundo mais próximo ao prefeito do Recife, João Campos (PSB), e da ex-primeira-dama Renata Campos, que controlam a legenda. Nesse lusco-fusco, o senador Humberto Costa (PT), se apresentou com pré-candidato ao governo de Pernambuco.

No Rio de Janeiro, o deputado federal Marcelo Freixo (PSB) quer uma aliança com o PT para disputar o governo estadual. As negociações caminhavam na direção de o atual presidente da Assembleia Legislativa, Andre Ceciliano (PT), ser candidato ao Senado, sacramentando a aliança. Entretanto, uma ala do PT não quer apoiar a candidatura de Freixo e, diante das tensões com o PSB, já cogita apoiar o ex-prefeito de Niterói Rodrigo Neves ou lançar a candidatura da Ceciliano, que poderia ver a ter o apoio do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD). Por já ter ocupado interinamente o governo fluminense, Ceciliano não poderia se candidatar à reeleição, o que é música para o prefeito carioca.

As divergências em relação a São Paulo repercutem em outros estados. No Acre, o deputado estadual Jenilson Leite (PSB) é pré-candidato ao governo do estado; o ex-governador Jorge Viana (PT), também. No Espírito Santo, o governador Renato Casagrande é candidato à reeleição, mas o PT ameaça lançar a candidatura do senador Fabiano Contarato (PT), que brilhou na CPI da Saúde. No Rio grande do Sul, o ex-deputado Beto Albuquerque (PSB) enfrenta a oposição do deputado estadual Edegar Pretto (PT).

Terceira via

Também estão complicadas as negociações entre os partidos da chamada terceira via. Tanto o PSDB, do governador João Dória, como o Podemos, do ex-ministro Sérgio Moro, se movimentam para formar uma federação e, partir daí, tentar um movimento de aglutinação dessas forças que resultasse numa candidatura mais robusta de centro. Ciro Gomes (PDT) sonha com o apoio do PSB, mas precisa quebrar resistências internas no PDT, no qual uma ala não esconde o desejo de apoiar o ex-presidente Lula. Os partidos cobiçados para as alianças são a União Brasil, que não tem candidato próprio, o MDB, o PSD e o Cidadania, cujos candidatos são Simone Tebet (MS), Rodrigo Pacheco (MG) e Alessandro Vieira (SE), respectivamente.

O União Brasil, resultado da fusão do DEM com o PSL, conversa com Sérgio Moro, mas enfrenta resistência de parte considerável de sua bancada, que é antilavajato. O MDB lançou a candidatura de Simone Tebet, que pode ser mantida ou ser candidata a vice. O grupo ligado ao atual presidente da legenda, deputado Baleia Rossi (SP), e ao ex-presidente Michel Temer se aproxima do governador João Dória. Outra ala pretende apoiar o ex-presidente Lula.

O PSD lançou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), como pré-candidato à Presidência, mas a legenda não se movimentou como quem realmente pretende ter uma candidatura própria, nem Pacheco, que para deslanchar eleitoralmente precisaria da união de Minas, o que parece ser impossível até agora. Kassab conversa com todo mundo, mas não se pode descartar um acordo com o ex-presidente Lula, com a indicação do vice, principalmente se PSB der um cavalo de pau e fizer uma coligação com Ciro Gomes.

O Cidadania está muito dividido. A candidatura do senador Alessandro Vieira conta com apoio nas bases da legenda, mas não empolgou a bancada federal na Câmara. O presidente da sigla, Roberto Freire, tem simpatia por uma federação com o PSDB, porém, o líder da bancada na Câmara, deputado Alex Mante (SP), não esconde a simpatia por Moro. Não existe ainda uma maioria formada e integrantes da cúpula da legenda conversam com todo mundo, inclusive Simone Tebet e Ciro Gomes. Por causa das alianças locais, qualquer decisão será traumática.